



A brasilianização do mundo¹

Alex Hochuli²

Tradução: Thiago Antônio de Oliveira Sá³

Resumo: No artigo “*The Brazilianization of the World*”, Alex Hochuli argumenta que características antes vistas como típicas do Brasil – como desigualdade extrema, informalidade, desconfiança institucional e política espetacularizada – estão se tornando globais. Ele aponta que o neoliberalismo enfraqueceu o Estado e intensificou a precarização, criando um modelo social instável. A crise das democracias liberais, a ascensão do populismo e a erosão das proteções sociais são exemplos dessa “brasilianização”. O texto propõe que, longe de ser exceção, o Brasil antecipou um novo padrão global de desordem e desigualdade.

Palavras-chave: brasilianização, desenvolvimento, populismo, democracia, neoliberalismo.

The Brazilianization of the World

Abstract: *In the article “The Brazilianization of the World”, Alex Hochuli argues that features once seen as typical of Brazil – such as extreme inequality, informality, institutional distrust, and spectacle-driven politics – are becoming global. He points out that neoliberalism has weakened the state and intensified precarity,*

¹ HOCHULI, Alex. *The Brazilianization of the World*. American Affairs, Boston, v. V, n. 2, Summer 2021, p. 93–115. Disponível em: <https://americanaffairsjournal.org/2021/05/the-brazilianization-of-the-world/>. Acesso em: 7 jul. 2025. (itsrio.org, americanaffairsjournal.org).

² Alex Hochuli é um escritor freelancer e consultor de pesquisa que reside em São Paulo, Brasil.

³ Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) – Alfenas – Brasil – thiago.sa@unifal-mg.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9567-212X>.

creating an unstable social model. The crisis of liberal democracies, the rise of populism, and the erosion of social protections exemplify this “Brazilianization.” The article suggests that Brazil, far from being an exception, anticipated a new global pattern of disorder and inequality.

Keywords: *brazilianization, development, populism, democracy, neoliberalism.*

La brasilización del mundo

Resumen: En el artículo “*The Brazilianization of the World*”, Alex Hochuli sostiene que características antes vistas como típicas de Brasil – como la desigualdad extrema, la informalidad, la desconfianza institucional y la política basada en el espectáculo – se están volviendo globales. Señala que el neoliberalismo debilitó al Estado y agravó la precariedad, generando un modelo social inestable. La crisis de las democracias liberales, el auge del populismo y el deterioro de las protecciones sociales son ejemplos de esta “brasilianización”. El texto sugiere que Brasil, lejos de ser una excepción, anticipó un nuevo patrón global de desorden y desigualdad.

Palabras clave: brasilización, desarrollo, populismo, democracia, neoliberalismo.

*A periferia é onde o futuro se revela.
- Atribuído erroneamente a J. G. Ballard por Mark Fisher*

“Isso não poderia acontecer aqui⁴”. As pandemias e outras ameaças à segurança sanitária deveriam ser problemas no e do Sul Global. Mas as deficiências que os Estados ocidentais têm enfrentado no desenvolvimento e execução de planos coerentes, na coordenação de agências estatais, na comunicação com o público, ou mesmo apenas na produção e armazenamento de equipamento médico e farmacêutico suficiente (para não falar da escandalosa implementação de vacinas na União Europeia – UE), realçaram o fracasso do Estado nos próprios centros do capitalismo global. O esvaziamento das competências estatais, a confusão política, o clientelismo, o pensamento conspiratório e os déficits de confiança reduziram a legitimidade a ruínas, o que agora faz com que os Estados ricos e poderosos pareçam repúblicas de bananas.

4 Nota do Tradutor: A versão brasileira do presente texto segue o conteúdo e a estrutura do artigo original, o qual não apresenta todas as referências detalhadas.

Examinando as classificações de preparação para uma pandemia anteriores à chegada da Covid-19 – como o Índice de Segurança Global ou o Índice de Preparação para Epidemias – descobre-se que os Estados Unidos e o Reino Unido eram supostamente os dois países mais bem preparados, com os países da UE também classificados em posição elevada. Eram Estados que sentiam que não tinham nada a aprender com as experiências anteriores de países como o Brasil, a China, a Libéria, Serra Leoa ou a República Democrática do Congo. E embora sejam poucos os países que geriram bem a pandemia, o fracasso do Estado no coração do capitalismo ocidental pôs fim a quaisquer noções complacentes sobre o “Fim da História” e a primazia de um modelo sobre outro. Todos nós, aparentemente, vivemos em “países menos desenvolvidos”, atualmente.

A realidade é que o século XX – com as suas máquinas estatais eficientes, forjadas na guerra, que se dedicavam a alcançar resultados sociais – acabou. O mesmo acontece com as suas outras características: conflito político organizado entre esquerda e direita, ou entre socialdemocracia e democracia cristã; competição entre forças universalistas e seculares que levavam à modernização cultural; a integração das massas trabalhadoras na nação por meio de empregos formais e razoavelmente remunerados e crescimento rápido e partilhado.

Encontramo-nos agora no Fim do “Fim da História”. Ao contrário das décadas de 1990 e 2000, hoje muitos estão perfeitamente conscientes de que as coisas não estão bem. Somos oprimidos, como escreveu o falecido teórico cultural Mark Fisher (2014), pelo “lento cancelamento do futuro”, de um futuro prometido, mas não entregue, de involução em vez de progressão.

A involução do Ocidente encontra a sua imagem espelhada no país do futuro original, a nação condenada para sempre a permanecer o país do futuro, aquele que nunca chega ao seu destino: o Brasil. A brasilianização do mundo é o nosso encontro com um futuro negado e no qual essa frustração se tornou constitutiva da nossa realidade social. Embora o encerramento de horizontes históricos tenha sido frequentemente uma preocupação de esquerda (na verdade, marxista), a sensação de que as coisas não funcionam como deveriam é agora amplamente partilhada por todo o espectro político.

Bem-vindo ao Brasil. Aqui, as únicas pessoas satisfeitas com a sua situação são as elites financeiras e os políticos venais. Todo mundo reclama, mas todo mundo “dá de ombros”. Essa lenta degradação da sociedade não é exatamente um trem desgovernado, mas uma montanha-russa turbulenta, que ocasionalmente oferece promessas de ascensão, mas nunca se liberta dos trilhos. Sempre voltamos ao ponto de partida, abalados e desorientados, assombrados pelo que poderia ter sido.

Na maioria das vezes, “Brasil” tem sido sinônimo de desigualdade escancarada, com favelas amontoadas nas encostas e com vista para arranha-céus milionários. No seu romance, *Geração X*, Douglas Coupland (1991) referiu-se à brasilianização como “o abismo cada vez maior entre os ricos e os pobres e o consequente desaparecimento das classes médias”. Mais tarde, naquela década, a brasilianização foi utilizada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck (2010), para apontar as entradas e saídas alternadas do emprego formal e informal, com o trabalho a tornar-se flexível, casual, precário e descentralizado². Em outros lugares, o processo de “tornar-se brasileiro” refere-se à sua geografia urbana, com o crescimento das favelas e de aglomerados de barracos de lona, a gentrificação dos centros das cidades e a pobreza empurrada para as periferias. Para outros, o Brasil conota um novo impasse étnico entre uma classe trabalhadora racialmente mista e uma elite branca.

Este retrato misto da brasilianização é superficialmente convincente, dada a crescente desigualdade e precariedade que fraturam cidades em toda a Europa e América do Norte. Mas por que o Brasil? O Brasil é um país de renda média – desenvolvido, moderno e industrializado. Mas o Brasil também está sobrecarregado pela pobreza em massa, pelo atraso e por uma classe política que parece ter avançado pouco desde os seus dias como elite escravista e proprietária de terras. É uma cifra do passado, de uma fase anterior de desenvolvimento pela qual o Norte Global passou – e pensou ter deixado para trás.

Norte e Sul, antes e agora

Após o colapso do conflito Leste-Oeste da Guerra Fria, a nova linha divisória global na era da globalização é a Norte-Sul. Na nova divisão do mundo no Fim da História, o Sul Global foi entendido como uma zona de pobreza e conflito. Consequentemente, as potências ocidentais assumiriam duas posturas alternativas em relação a ela: uma defensiva (protegendo-se contra o terrorismo, a degradação ambiental, novas doenças, o crime organizado e as drogas) e uma paternalista (“ajudando-os a desenvolver-se”). Embora a primeira postura sugerisse pouca esperança de que as coisas pudessem melhorar no Sul Global, a última sugeria uma finalidade maior. O Sul viria gradualmente a assemelhar-se ao Norte, com uma riqueza crescente, impulsionada pelas massas da “nova classe média”, desesperadas por imitar os padrões de consumo do Norte.

Aqui está uma versão requentada da teoria da modernização da Guerra Fria, adaptada para a era da globalização. Para os países mais pobres, os programas de “desenvolvimento” internacionais e liderados por ONGs impulsionaram

iniciativas de pequena escala, como a escavação de poços ou o microfinanciamento, desmentindo a falta de convicção de que estes países poderiam realmente “recuperar o atraso”. Estes esforços foram frequentemente patrocinados pelas mesmas instituições financeiras internacionais que tinham desmembrado essas sociedades com o ajustamento estrutural na década de 1980.

Para as sociedades em melhor situação no Sul, agora chamadas de “mercados emergentes”, o desenvolvimento neoliberal imitou os pressupostos tácitos da teoria da modernização ao assumir que estes países estavam apenas “atrasados”, mas que acabariam por chegar lá – tornar-se-iam “como nós”. Basta olhar para os shoppings que estão surgindo em São Paulo, em Bangkok ou no Cairo! Só precisamos de esperar que essa riqueza se espalhe e, em breve, estes países irão juntar-se ao clube do mundo rico. Nas páginas do *Economist*, por exemplo, dizia-se que países como o Brasil precisavam apenas de algumas reformas liberais antes que o crescimento decolasse novamente. Afinal de contas, o México, a Coreia do Sul e alguns países do Leste Europeu aderiram à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) na década de 1990, seguindo-se o Chile em 2010. Era apenas uma questão de tempo.

O que esta história ignora é que os instrumentos políticos manejados pela teoria da modernização (como a industrialização por substituição de importações) já desapareceram, tal como o cenário internacional e as relações tecnológicas que tornaram possível o desenvolvimento de recuperação. As tecnologias e indústrias da Segunda Revolução Industrial já não estão na vanguarda. Uma economia baseada nas tecnologias do petróleo, da borracha e do aço – digamos, a produção de automóveis – já não é algo de “alto valor agregado”. As coisas importantes – as ideias realmente valiosas – estão agora protegidas por direitos de propriedade intelectual, inacessíveis a um país como o Brasil. O Sul e o Norte globais já não são, portanto, avatares do passado e do presente, com o primeiro lentamente a alcançar o segundo, mas agora parecem existir na mesma temporalidade.

Consequentemente, o Brasil encontra-se preso – preso na eterna flutuação entre a esperança e a frustração. E o fato de ser moderno, mas não moderno o suficiente, parece agora ser partilhado por grandes partes do mundo: *WhatsApp* e favelas, comércio eletrônico e esgotos a céu aberto. Na verdade, deixando de lado a notável ascensão da China, a história global dos últimos quarenta anos é de retrocesso, qualquer que seja o alarde que possa haver sobre a “nova classe média” – ou, na verdade, uma classe trabalhadora que entrou na sociedade de consumo precariamente, agora capaz de comprar uma geladeira e uma TV, e talvez até ir para a universidade pela primeira vez na história da família, mas que não alcançou uma segurança real.

Na verdade, esta história de regressão é, agora talvez, mais visível no Norte Global, que hoje demonstra muitas das características que têm atormentado o Sul Global: não apenas a desigualdade e a informalização do trabalho, mas elites cada vez mais venais, instabilidade política e a desunião social. Não estará o mundo rico também se tornando “moderno, mas não moderno o suficiente”, mas ao contrário?

Modernidade sem Desenvolvimento

A única maneira de entender o que a brasilianização realmente significa, e o que ela pode nos reservar, é compreender a trajetória de desenvolvimento do Brasil e, por extensão, compreender o que ela diz sobre o nosso presente e futuro. Na verdade, a consciência do Brasil da sua própria promessa, e a consequente frustração, levou ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre a modernização que o mundo faria bem em estudar.

A perspectiva deslocada do Brasil – a de uma sociedade moderna, mas subdesenvolvida – talvez tenha sido melhor capturada pelo crítico literário Roberto Schwarz, um dos notáveis pensadores que compuseram o “Seminário Marx”, no final da década de 1950 na Universidade de São Paulo. Participaram também do seminário o economista Paul Singer, o filósofo José Arthur Giannotti, os sociólogos Michael Löwy e Fernando Henrique Cardoso (futuro presidente do Brasil), entre outros. Eles se basearam no trabalho de estudiosos como o economista Celso Furtado, o sociólogo Florestan Fernandes e o crítico literário Antônio Cândido, os quais, por sua vez, apoiaram-se numa geração ativa na década de 1930 – os historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, e Caio Prado Júnior. Todas essas figuras (muitas das quais voltaremos a encontrar) estavam unidas pela preocupação em descrever e analisar a formação social do Brasil, a dialética do novo e a persistência do antigo, e em mediar entre a peculiaridade local e a realidade cosmopolita da integração do país no capitalismo global (Belinelli, 2015).

Em 1977, Schwarz escreveu o influente ensaio *As ideias fora de lugar*. Embora a tradução inglesa da editora tenha o título *Misplaced Ideas* (1992), o título em português não implica ideias esquecidas, mas, antes, inadequadas, mal colocadas. Foi para esta inadequação que Schwarz (1977) chamou a atenção dos leitores: Na Europa do século XIX, as ideias liberais dos direitos do homem e da liberdade-igualdade-fraternidade estavam a tornar-se hegemônicas – uma superestrutura ideológica e jurídica baseada num regime de produção centrado no trabalho livre. O Brasil era diferente, no entanto. Nos trópicos, o liberalismo

só poderia ser um acessório barroco para uma sociedade onde o trabalho não-livre ainda existia.

As elites falavam em termos liberais, mas a realidade era que a escravidão só foi oficialmente abolida em 1888, enquanto outras formas de trabalho não-livre e a falta de liberdade no trabalho permaneceram em prática por ainda mais tempo. Embora na Europa o liberalismo pudesse servir para ocultar a realidade completa das obscuras fábricas satânicas, pelo menos refletia fielmente uma realidade material – uma realidade em que os indivíduos eram formalmente livres. No Brasil, o liberalismo só poderia ser absurdo e, portanto, o teste de realidade ou coerência nunca foi realmente aplicado.

Precisamente, a mesma incompatibilidade entre ideias e realidade está sendo encontrada agora nos tempos modernos. Os “conservadores” encorajam as forças que destroem coisas que valem a pena conservar (digamos, a família); liberalismo significa defender o iliberalismo dos aparelhos de vigilância; o hiperindividualismo acaba reificando concepções essencialistas de raça (de tal forma que o pertencimento ao grupo é tratado como logicamente anterior à pessoa individual); a esquerda é cada vez mais o partido dos altamente educados e abastados. Ao nosso redor, somos confrontados com a desadaptação, uma ideia que o filósofo Adrian Johnston (2008) tirou da teoria memética para descrever a forma como uma estratégia memética, inicialmente adaptativa, mais tarde se torna inútil ou mesmo contraproducente. Se o liberalismo era um conjunto de ideias apropriadas à ascensão e posterior consolidação da burguesia – tudo em nome da liberdade – encontra-se hoje num estado de desapropriação, exercido em defesa da hierarquia e da dominação.

Os intelectuais brasileiros vêm se envolvendo com a desadaptação há décadas e, portanto, oferecem uma perspectiva importante para compreender o nosso momento e o desalinhamento entre as ideias e a realidade contemporânea.

Em situações históricas em que as ideias transplantadas são forçadas a se reajustarem a condições materiais que não as sustentam da mesma forma que suas condições de origem, esse desajuste não precisa ser descoberto através da reflexão, pois é sempre um sentimento diário do homem comum (Schwarz, 1977, p. 28).

O brasileiro médio sempre sentiu a hipocrisia das ideias fora do lugar. A globalização – ou a americanização, através da internet – significa que as ideias se libertam das suas condições de origem e das determinadas realidades materiais que testemunham. As ideias estão fora de lugar em todo o lado, como se viu na

Europa quando os jovens, no meio de uma pandemia, com devastação econômica iminente, saíram às ruas para atacar o “privilégio branco” em países de maioria esmagadoramente branca, imaginando-se, assim, americanos.

Quanto ao Brasil, as pessoas pensavam que o seu futuro prometido se materializaria quando se eliminasse nele a divisão centro-periferia – curando o problema das ilhas de riqueza rodeadas por oceanos de pobreza. Em vez disso, parece que é o Norte Global a alcançar o Sul Global na replicação deste padrão. O Brasil está, mais uma vez, na vanguarda global.

O filósofo brasileiro Paulo Arantes avançou a tese da brasilianização num notável ensaio de 2004, *A fratura brasileira do mundo*. Arantes começou por entrevistar vários pensadores do Norte Global que registaram inquietação sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo global. Já em 1995, o estrategista conservador Edward Luttwak escreveu sobre a “terceiromundização da América”. No mesmo ano, Michael Lind referiu-se diretamente ao Brasil em seu prognóstico de uma sociedade americana dividida por um sistema de castas rígido, embora informal. As elites brancas governavam uma sociedade racialmente mista, mas as massas, divididas internamente, permitiriam o fortalecimento da oligarquia.

Um ano depois, Christopher Lasch atestaria o autoenclausuramento e a separação da classe dominante do resto da sociedade em *A Revolta das Elites* (1995). Enquanto isso, o *ex-thatcherista* John Gray (1998) escreveria sobre um emergente “regime rentista ao estilo latino-americano”, no qual as elites faziam uma matança no novo mundo globalizado, enquanto a classe média perdia o seu status e os trabalhadores eram novamente proletarizados, pondo fim às grandes expectativas provocadas pelo crescimento do pós-guerra.

O sociólogo catalão Manuel Castells (1999) percebeu que muitos seriam totalmente excluídos, mesmo desta sociedade dividida. Estava a emergir uma nova realidade em que apenas a burguesia permaneceria como classe social, transnacional e cosmopolita.

O Nascimento da Belíndia

O Brasil nasceu moderno. Surgiu como uma colônia, um local de extração de recursos, já ligado a um mercado mundial emergente, e pode ter sido o último país a abolir a escravidão no hemisfério ocidental, mas a sua escravidão foi um produto do início da modernidade. O Brasil nunca foi pré-moderno ou feudal. Na mesma medida, a brasilianização não significa um simples retorno às relações semifeudais.

O que explica então a persistência do trabalho não-livre, o sistema de latifúndios e os seus efeitos culturais e políticos, durante boa parte do século XX – em suma, todos os elementos “atrasados” do Brasil?

Precisamente que, no Brasil, o moderno alimentou-se do antigo e, por sua vez, reforçou-o e recriou-o. Nas zonas rurais, uma oferta elástica de mão-de-obra e de terra reproduziu a “acumulação primitiva” na agricultura, travando melhorias nas técnicas agrícolas. Com a industrialização, a partir da década de 1930, este grupo de pobres rurais passou a servir como um exército de reserva de mão-de-obra urbana barata.

O que tornou o processo do Brasil distinto é que a industrialização e modernização do país durante o período populista, de meados da década de 1930 a meados da década de 1960, não exigiu uma ruptura do sistema, como fizeram as revoluções burguesas na Europa um século antes. Em vez disso, as classes proprietárias rurais permaneceram no poder e continuaram a ganhar através da expansão capitalista. Como disse o sociólogo Francisco de Oliveira na sua *Crítica da Razão Dualista* de 1972, a “expansão do capitalismo no Brasil acontece através da introdução de novas relações em relações arcaicas e da reprodução de relações arcaicas em novas”. Isto foi reforçado politicamente através da legislação trabalhista corporativista do Presidente Getúlio Vargas, baseada na de Mussolini, como meio de formalizar e disciplinar um proletariado urbano. Crucialmente, isentou as relações laborais no campo, preservando a pobreza rural e a falta de liberdade.

Para Oliveira, o novo mundo preservou, assim, as relações de classe anteriores. Consideremos, por exemplo, que os novos pobres urbanos construiriam as suas próprias casas, reduzindo assim o custo de reprodução desta classe: os empregadores não teriam de pagar salários suficientemente elevados para pagar a renda. As favelas, então, não são um índice de atraso, mas algo produzido pelo novo.

Ou consideremos como os serviços pessoais prestados na esfera doméstica reforçam este modelo de acumulação. As famílias de classe média alta no Brasil têm empregadas domésticas ou motoristas que as atendem – uma relação econômica que só poderia ser substituída por investimentos dispendiosos em serviços públicos e infraestrutura (por exemplo, serviços de limpeza industrial ou transporte público). Como consequência, a classe média brasileira tem um padrão de vida mais elevado neste aspecto do que seus equivalentes nos Estados Unidos ou na Europa. A exploração de mão-de-obra barata na esfera doméstica também impede qualquer impulso político para a melhoria dos serviços públicos.

Não estamos hoje confrontados precisamente com uma tal brasilianização do mundo – com uma gama crescente de “serviços de concierge”, através dos quais tanto a classe profissional como a elite contratam professores privados de yoga, chefs privados e segurança privada? Uma família de classe média alta em São Francisco chega a replicar uma mansão aristocrática com toda uma economia de serviços prestados na esfera doméstica, mas, agora, tudo é terceirizado: plataformas digitais intermediárias entre “empreiteiros” privados (ex-funcionários) e a nova elite. A estrutura social do Brasil nos mostrou nosso futuro.

Refletindo mais uma vez sobre a formação social do Brasil, em 2003, Oliveira classificou o Brasil como um ornitorrinco: um monstro disforme, nem mais subdesenvolvido (a “acumulação primitiva” no campo foi substituída por um poderoso setor do agronegócio), nem ainda tendo as condições para completar a sua modernização – isto é, para incorporar verdadeiramente as massas na nação. Crucialmente, esta não foi uma conclusão precipitada. O crescente poder dos trabalhadores, no período que antecedeu o golpe de 1964, poderia ter levado a um novo assentamento e ao fim da alta taxa de exploração, enquanto a reforma agrária poderia ter liquidado a fonte do “exército de reserva de trabalho”, que inundou as cidades na década de 1970, bem como finalmente destruir o poder patrimonial no campo.

Tal projeto de modernização, contudo, teria exigido a participação da burguesia nacional em aliança com os trabalhadores. Em vez disso, a burguesia apoiou o golpe de direita. Numa grande ironia histórica, notada por Roberto Schwarz (2003) em sua introdução ao ensaio sobre o ornitorrinco, de Oliveira (2003), foi Fernando Henrique Cardoso – o presidente neoliberal na década de 1990 – que observou, como sociólogo de esquerda na década de 1960, que a burguesia nacional não queria desenvolvimento. Cardoso e Faletto (1970) argumentaram, em oposição à opinião predominante da esquerda na época, que a burguesia preferiria ser um parceiro “júnior” do capitalismo ocidental a se arriscar a ver a sua hegemonia interna sobre as classes subalternas desafiada no futuro. A elite brasileira optou por não se desenvolver.

Segundo Oliveira (2018), o futuro prometido, mas infinitamente frustrado, do Brasil é visível no fato de ser

uma das sociedades mais desiguais do mundo... apesar de ter tido uma das taxas de crescimento mais fortes durante um longo período.... As determinações mais evidentes desta condição residem na combinação da baixa condição da força de trabalho e da dependência externa (Oliveira, 2018: p. 52).

O Brasil poderia, portanto, ser uma espécie de utopia, dadas as suas bênçãos naturais, rápido crescimento e cultura invejável. A realidade, nas palavras de Caux e Catalani (2019), é que se trata de um país “cuja essência consiste em não ser capaz de realizar a sua essência”. Não é o atraso que impede o Brasil de reivindicar o seu destino; seu destino é uma frustração sem fim.

Além disso, a exclusão social que parece tão essencial para a formação social do Brasil não é um acidente, mas uma dualidade produzida. No Brasil, isso é conhecido como *Belíndia*, termo cunhado pelo economista Edmar Lisboa Bacha (1974): o Brasil é uma *Bélgica* rica e urbana situada no topo de uma *Índia* pobre e rural, tudo num só país. Os que estão na “*Bélgica*” brasileira habitam um país que é ostensivamente moderno e que funciona bem, mas rodeados pelos que estão “de fora”, na *Índia* atrasada e semifeudal. No entanto, como mostrou Oliveira (2003), o “interior” depende da exploração do “exterior” para o seu progresso. Não só isso, mas o dualismo molda o interior da própria “*Bélgica*”; cria uma elite corrupta, patrimonial e egoísta, muito feliz por lavar as mãos quanto às condições encontradas na sua própria “*Índia*”.

Infelizmente, em vez de a metáfora de *Belíndia* ter se tornado menos relevante nas últimas décadas, ela só se tornou mais relevante. Consideremos o que cada país componente representa nos nossos tempos: a *Bélgica* pode ainda ser rica, mas está burocratizada, fragmentada e imóvel; a *Índia* pode ainda ser pobre, mas agora também é altamente tecnológica e governada por um populismo reacionário. Esta poderia facilmente ser uma imagem da Itália, dos Estados Unidos ou do Reino Unido, com as suas profundas desigualdades regionais, política antiquada e populismo performático.

Lidando com a Modernidade

Se voltarmos à tese da *brasilianização* de Arantes (2004), descobriremos que as características culturais do desenvolvimento brasileiro também estão a ecoar no nosso novo mundo pós-crescimento. Certos padrões de comportamento que surgiram à medida que os brasileiros lidavam com a sua modernidade instantânea – relações sociais estruturadas em torno da flexibilidade, em vez de contratos vinculativos; a necessidade de encontrar soluções semilícitas, através da agitação; uma burguesia não verdadeiramente burguesa – marcam agora o mundo que nos rodeia.

O Brasil, a ex-colônia “nascida moderna”, não é uma sociedade que emergiu de relações feudais, nem que anunciou seu próprio nascimento através de uma ruptura revolucionária com o passado. Em vez disso, era antes de mais nada um local de produção e distribuição.

Escrevendo no início da década de 1940, o grande historiador brasileiro, Caio Prado Jr., analisou a forma colonial do Brasil contemporâneo, comentando a eficiência da ordem colonial como uma organização de produção combinada com uma esterilidade no que diz respeito às relações sociais de nível superior – totalmente econômica, nada de cultura. O que definiu uma periferia moderna moldada pelo colonialismo foi, portanto, uma “falta de nexo moral”, aquele complexo de instituições humanas que mantém os indivíduos ligados e unidos numa sociedade e que os une num todo coeso e compacto. Se já ouvimos aqui ecos da desagregação neoliberal contemporânea da sociedade, não é por acaso.

Historicamente, a “quase-sociedade da vanguarda mercantil” brasileira foi condicionada pelo lugar dos homens livres em uma sociedade de elites fundiárias e escravos. Assim, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, encontramos a prática generalizada do favor, ou “mediação quase universal”, conforme identificada por Schwarz (1977) nos romances de Machado de Assis. Num mundo de proprietários de escravos e escravos, os homens livres pobres dependiam de favores da classe proprietária para sobreviver. Em vez de cidadãos dotados de direitos, os homens livres tiveram de lutar para obter o patrocínio da classe proprietária. Já podemos ver as sementes do patrimonialismo e do clientelismo brasileiros.

Embora o mundo das ideias e das instituições se mantivesse fiel às concepções liberais modernas, o que se obteve na realidade não foi uma sociedade racionalmente ordenada, mas uma sociedade governada pelas decisões arbitrárias dos ricos – uma situação da qual a elite se beneficiou naturalmente, mas também os homens livres, na sua condição de beneficiários de favores, como não-escravos. Este nexos de favor, sobreposto à ideologia liberal, tem todas as condições para a hipocrisia sistemática: ideias liberais pretensiosas que justificam o capricho e a venalidade. Ou para aplicar esta relação aos Estados Unidos abrigados de hoje, e colocá-la na linguagem da nossa época: “a informação quer ser gratuita”, mas não, caso viole os “padrões comunitários” ou não servir os interesses da oligarquia.

Na mesma linha, Schwarz (1987) discute outro elemento central da subjetividade brasileira, a “dialética do malandro”, conceito avançado por Antônio Cândido em sua leitura de romances do século XVIII. Na leitura de Schwarz, a dialética da malandragem implica a suspensão de conflitos históricos concretos através da esperteza ou do conhecimento prático – na verdade, uma espécie de evasão. Isso estaria ligado a uma “atitude bem brasileira, de ‘tolerância corrosiva’, que tem origem na colônia e perdura até o século XX, e que se torna um fio condutor da nossa cultura”. Aqui encontramos a tão elogiada disposição brasileira em direção à acomodação, em vez do conflito do tipo tudo ou nada. Esta

atitude pode parecer inferior aos valores mais puritanos da sociedade capitalista do Atlântico Norte, de sim e não claros, de condenação taxativa (Schwarz faz referência aos Julgamentos das Bruxas de Salem e ao mundo de *A Letra Escarlate*). Mas, para Schwarz (1987), pode ser precisamente esta atitude que poderá facilitar a inserção do Brasil num mundo mais “aberto”. O que emerge é a imagem de um “mundo sem culpa”.

Essa amenização dos conflitos é um padrão ao longo da história brasileira, em que raramente os assuntos são resolvidos definitivamente. Nenhuma grande revolução burguesa, nenhuma ruptura clara com o passado; o novo eventualmente vence o velho ao custo de incorporar o velho no novo. A redemocratização do Brasil na década de 1980, por exemplo, deu origem a uma nova constituição, repleta de direitos sociais que prometia às classes excluídas um maior grau de integração do que documentos comparáveis noutros países. Ao mesmo tempo, porém, garantiu às antigas elites patrimoniais o seu lugar na nova ordem e não conseguiu neutralizar os altos escalões militares. As consequências são muito evidentes hoje. Regra da indeterminação e da irresolução. Ou, no idioma brasileiro, *tudo acaba em pizza*⁵.

Este “mundo sem culpa” – um mundo sem dramas morais, sem convicções ou remorsos – é o nosso mundo pós-moderno em grande escala. A nova elite global é totalmente “desaburguesada”: não existem regras fixas e rígidas, tudo está em negociação. A moralidade é, no máximo, uma questão individual e subjetiva, quando não é motivo de constrangimento; a elite prefere as declarações vazias da ética corporativa, hoje em dia, e não os pronunciamentos morais. A moralidade não é mais a pedra angular da autoridade social paterna. A elite pós-moderna não sente responsabilidade. Não internalizou a lei e, portanto, não sente culpa.

No mundo do trabalho, a adaptação e a acomodação são fundamentais na nova economia. Como contratado (não funcionário), você deve buscar constantemente agradar seu cliente. Para Arantes (2004), o “profissionalismo” hoje exigido nada mais é do que uma estilização cínica das qualidades necessárias à sobrevivência num mundo precário. Quanto ao malandro brasileiro, não há mandamento maior hoje do que “respeitar o movimento”. O que de outra forma poderia ser visto como oportunismo generalizado – ou, no Brasil do século XIX,

5 A origem da expressão idiomática merece que se relate sua história. Os dirigentes do Palmeiras, clube de futebol de São Paulo, clube historicamente descendente de italianos, tiveram uma grande briga, exigindo uma reunião de quatorze horas para encontrarem uma solução. A certa altura, foram pedidas dezoito pizzas grandes, além de cerveja e vinho. Após a festa, as tensões foram resolvidas e eles conseguiram chegar a um grande e complicado compromisso. Tudo terminou em pizza.

homens livres e pobres em busca de um “favor” – é reformulado como o novo modo de mundo.

Notavelmente, o antropólogo Loïc Wacquant (1999) encontra uma atitude semelhante nos guetos da América do Norte. Lá, o traficante é um tipo genérico, “inserindo-se discretamente em situações sociais ou tecendo ao seu redor uma teia de relações enganosas, apenas para que delas possa obter algum lucro mais ou menos extorquido” (o oposto do traficante é o trabalho assalariado formal, considerado “legal, reconhecido, regular e regulamentado”). Essa atitude não está mais restrita ao gueto, mas se torna a subjetividade ideal do “empreendedor de si” neoliberal.

Pós-moderno desde sempre

É aqui que o passado brasileiro encontra uma contemporaneidade global. Para Ulrich Beck (2010), a brasilianização representa um futuro condenado, não apenas de exclusão social e de capitalismo selvagem, mas também o fim do monopólio estatal da violência, o surgimento de poderosos atores não-estatais, gangues criminosas, etc. Por outro lado, Beck (2010) ainda encontra algo positivo em atitudes brasileiras: flexibilidade, tolerância, adaptabilidade a novas situações, aceitação dos paradoxos da vida com tranquilidade. “Por que aceitamos a pluralização da família, mas não a pluralização do trabalho?” Talvez os brasileiros, muitos dos quais ainda não encontraram plenamente a “primeira modernidade” do pleno emprego, carreiras vitalícias e assim por diante (ou seja, o fordismo), já tenham nascido compatíveis com a “segunda modernidade” da flexibilidade (pós-fordismo, pós-modernidade).

Se a modernidade clássica e a alta modernidade tratavam de segurança, certeza e demarcações claras entre sim e não, a pós-modernidade é governada pelo regime de risco, em que o conhecimento e a adaptação são reais. O malandro brasileiro já era um especialista neste mundo, muito antes de sua chegada. Talvez isto explique a surpreendente popularidade no Brasil dos livros do teórico polaco Zygmunt Bauman sobre “modernidade líquida”, “amor líquido” e assim por diante – abastecidos até mesmo por vendedores de jornais de esquina em São Paulo.

É assim que um país sem uma verdadeira base revolucionária burguesa e, portanto, historicamente sem respeito pela lei, sem cidadania e até mesmo sem culpa, fica cara a cara com o nosso capitalismo pós-burguês do século XXI. Sob esta luz, mesmo os Estados Unidos ou a França, países que passaram por revoluções burguesas dramáticas, parecem afligidos por uma irresolução e confusão ao estilo brasileiro. Basta pensarmos na resposta inútil à crise financeira global nos Estados Unidos, resgatando-se os bancos, mas deixando intocadas as condições estruturais

que levaram à crise; a *fortiori*, podemos pensar nos contínuos tropeços no caminho da zona do euro, o que Wolfgang Streeck (2014) chamou de “ganhar tempo”.

O estilo brasileiro também passa a servir como legitimação útil para o novo capitalismo, em que a hipocrisia e a corrupção fazem parte do mobiliário. Não será a alternância promíscua entre lícito e ilícito – encontrada igualmente entre os pobres brasileiros (ver *Cidade de Deus*, de Paulo Lins [1997]) e entre os ricos (que têm um pé no capitalismo global “limpo” e outro no patrimonialismo local “sujo”) – não é uma cifra para a legalidade cinzenta da financeirização? Consideremos, por exemplo, as vastas somas provenientes do comércio de drogas que são recicladas pelos principais bancos do mundo. Os *Panama Papers* foram, naturalmente, recebidos com um “e daí?” coletivo; nada mudou. Mas o que você vai fazer? Não será esta precisamente uma “tolerância corrosiva” bem brasileira?

Cinismo e a morte da sátira

Como é de se esperar, a tolerância à corrupção e à indeterminação gera cinismo. Na Europa clássica-moderna, a ironia serviria para demonstrar como os interesses econômicos se escondiam atrás dos ideais liberais. No Brasil, pelo contrário, onde as infrações eram a regra, a ironia não podia recorrer às normas liberais, devido à adoção pelo liberalismo do seu suposto oposto: a escravatura. Como argumentam Caux e Catalani (2019), o que se desenvolveu no Brasil foi uma espécie de ironia negativa, mais mórbida do que satírica.

Não é esta a nossa situação hoje? A morte da sátira foi amplamente comentada. Não podemos mostrar como a realidade não corresponde aos ideais, porque desconfiamos dos ideais, considerando-os sempre ideológicos; isto é, ocultar interesses egoístas. Uma figura como Trump era um resumo desta nova atitude pós-satírica: um homem que ocupava o cargo mais poderoso do mundo incorporou uma representação satírica de si mesmo na sua bufonaria (nisto ele estava apenas seguindo o caminho traçado por Silvio Berlusconi ao longo de duas décadas mais cedo). Trump basicamente disse que era corrupto, mas todos os outros também o eram, e por isso seria ele, sem se preocupar com as sutilezas do establishment, que drenaria o pântano⁶. O cinismo é generalizado, apenas interrompido – agora talvez com mais frequência – por denúncias moralistas. Esta última é sustentada na base de que a oposição ao cinismo pode ser inscrita

6 Há aqui uma semelhança com um ex-governador e prefeito de São Paulo da época da ditadura, Paulo Maluf, que usou o slogan “rouba, mas faz” (ele rouba, mas faz as coisas). Os populistas contemporâneos que desejam denunciar a hipocrisia dos tecnocratas liberais, ao mesmo tempo que justificam a sua própria corrupção, devem tomar nota!

na lógica das guerras culturais: as condenações cada vez mais históricas de cada lado servem para obscurecer o seu próprio cinismo.

Aqui o Brasil nos dá outro exemplo. A onda de protestos em massa de junho de 2013 foi uma revolta do jovem precariado, exigindo direitos sociais, melhores escolas e hospitais e o fim da corrupção. Isto pode ser lido como um protesto contra a indeterminação, contra a tolerância corrosiva: “não vamos mais admitir isso”. O Brasil viveu uma década de crescimento, mas a esfera pública não acompanhou as melhorias no poder de compra privado. A estratégia de Lula de “inclusão através do consumo”, ela própria uma resposta a um período anterior de indeterminação após o ataque neoliberal sob Cardoso, encontrou um muro, levando a uma explosão pública em massa.

Em 2015, no entanto, os protestos mudaram, tornando-se explicitamente antipolíticos e denunciando todo e qualquer político, partido e instituição. O “anticorrupção” tornou-se o seu foco, incentivado pelas espetaculares investigações da “Lava Jato”, que viram políticos e empresários serem conduzidos algemados pela primeira vez na história do Brasil. Foi nesta onda que Bolsonaro acabou sendo eleito em 2018. Mas a antipolítica, ao recusar tomar o poder em nome de uma ideia e, em vez disso, apenas denunciar todos os que a ele chegam, é, na sua essência, cinismo politizado. Acredita-se que o sistema não está apto para governar, mas admite-se que mais ninguém tampouco esteja. Com o tempo, descobriu-se que a própria Lava Jato era corrupta, com o conluio entre o juiz e o Ministério Público permitindo que o ex-presidente Lula fosse considerado culpado com base em provas de má qualidade. Agora, o velho *establishment* corrupto, do qual Bolsonaro faz parte, conspirou para encerrar essas investigações.

Assim, a “revolta contra o cinismo” de junho de 2013 acabou por contribuir para o desfecho mais cínico de todos. Tudo acabou em pizza. Esses são os “elementos de truncamento que alimentaram a autoironia brasileira, às vezes cáustica, mas sempre baseada em fatos” (Oliveira, 2018: p. 32). Os próprios avanços da guerra jurídica na América (não apenas no apoio à cruzada dos juízes no Brasil, mas na utilização destes métodos em casa), desde o “prendam-na!”⁷ até ao duplo *impeachment* de Trump, são outra faceta da brasilianização. No lugar

7 Nota do tradutor: A frase “Prendam-na!” tornou-se notória no Brasil porque foi dita pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, durante uma sessão em que ele se referia à presidente Dilma Rousseff, num contexto de grande tensão política, entre 2015 e 2016. Era o início da escalada da “guerra jurídica” (*lawfare*) na política brasileira, na qual a disputa política saiu do campo ideológico e migrou para o campo jurídico-penal, culminando no *impeachment* da presidente. O autor usa a expressão como exemplo dessa judicialização da política, cujo objetivo é a eliminação do adversário político por métodos jurídicos, em vez da competição ideológica democrática.

da competição ideológica, a política é reduzida ao jogo cínico de procurar a vitória através dos tribunais. O escrúpulo jurídico esconde a falta de escrúpulos. O resultado é a judicialização da política – e a politização do judiciário. A política torna-se cada vez mais distante do povo.

Uma elite não nacional

A brasilianização do mundo leva a uma generalização da indeterminação e da indecisão. O capitalismo neoliberal, na sua decadência, não consegue encontrar uma forma de ultrapassar a sua crise, e os seus oponentes estão demasiadamente divididos, demasiadamente cínicos, demasiadamente descrentes de que as coisas possam realmente mudar. Este é o realismo capitalista de Mark Fisher (2009): não apenas a afirmação de que “não há alternativa”, mas a incapacidade de sequer conceber uma. Não é apenas que a realidade não corresponda e não possa corresponder aos nossos ideais; é que não acreditamos totalmente nos ideais. E isto acontece precisamente porque as ideias políticas parecem cúmplices da nossa realidade corrupta. As ideias estão fora de lugar em todos os lugares agora. Assim como o Brasil, o mundo ocidental como um todo não vive apenas com a frustração de não termos o futuro que nos foi prometido; a frustração tornou-se constitutiva da própria formação social.

No Brasil, a mesma classe dominante que lucrou com o colonialismo, a escravidão e o sistema latifundiário foi também aquela que apoiou o golpe de 1964, de modo a impedir que os trabalhadores ganhassem mais uma posição na sociedade, um ato que também impediu a chance de autonomia nacional. As elites preferiram a dependência e a submissão ao capital internacional e aos Estados Unidos. Como resultado, também perderam o que pode ter sido a última rampa de acesso para recuperar o atraso no desenvolvimento. Mais tarde, quando confrontadas com uma tentativa tardia (embora limitada) de incorporação das massas nas décadas de 2000 e 2010 sob governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – que poderia ter criado um mercado interno maior e mais próspero e, crucialmente para as elites, selando a paz social –, decidiram, em vez disso, expulsar o PT do poder através de um golpe institucional. Esta ruptura constitucional fez parte de uma cadeia de acontecimentos que levou Lula, liderando as sondagens no período que antecedeu as eleições de 2018, a ser preso, acusado e condenado num julgamento precipitado e preconceituoso. A mesma elite que aplaudiu a guerra jurídica viu-se então confrontada com uma “escolha difícil” no segundo turno de 2018, entre um candidato tecnocrático de centro-esquerda,

Haddad do PT, e um antigo sociopata capitão do exército. Dada a riqueza natural do país, a sua cultura admirada e amplamente partilhada (apesar de tudo), e algumas das taxas de crescimento mais rápidas do mundo ao longo de décadas, quando olhamos para a sociedade dualizada do Brasil hoje – este monstruoso ornitorrinco – somos levados a concluir que o Brasil tem a pior elite do mundo.

A elite brasileira, no entanto – famosa por viver em condomínios fechados com segurança privada – é apenas uma versão mais grotesca das elites nas “democracias ocidentais avançadas”. A negação da responsabilidade pela sociedade encontra o seu exemplo mais extravagante no condomínio marítimo de Peter Thiel. Mas este processo está muito mais amplamente distribuído e despersonalizado em todo o Ocidente.

Quando a classe dominante do Brasil opta por uma soberania diminuída, a fim de manter a sua posição dominante no meio de profundas desigualdades, deveríamos ver a sua imagem espelhada na União Europeia. O bloco regional é melhor entendido como uma “constituição econômica”, concebida para evitar que a política interfira na regulação do mercado, bloqueando assim as escolhas políticas. Quando as elites nacionais optam pela adesão ao bloco – apesar da espiral mortal neoliberal da UE – abrem mão da autonomia nacional e, com ela, da responsabilidade política pelos resultados sociais.

Basta olhar para o desespero das elites italianas em continuarem a fazer parte do euro, apesar da penúria a que sujeita o país e da destruição de qualquer futuro para o mesmo. Tal como as elites brasileiras desejam poder mudar-se permanentemente para Miami, durante muito tempo a capital da reação latino-americana, também as elites globalizadas na Europa e na América do Norte desejam poder escapar às massas que as “detêm”. As elites italianas gostariam de ser alemãs, os “remanescentes” britânicos fazem o mesmo, e as elites liberais americanas gostariam de ser “europeias” – ou pelo menos que o país de passagem da América pudesse desaparecer.

Em nenhum lugar (exceto, talvez, na China) encontramos elites dominantes que prosseguem qualquer tipo de “projeto nacional” – algo que assim implique e vise a integrar as massas. Na medida em que as elites neoliberais tenham algum projeto, para além da gestão de crises a curto prazo e do governo através dos meios de comunicação, este será sempre antinacional. O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que vendeu joias de famílias estatais a investidores a preços reduzidos na década de 1990, tinha razão desde o início: não se pode confiar na burguesia nacional.

Da desindustrialização à morte do Estado

O crescente desaparecimento de um “nexo moral” na sociedade contemporânea está intimamente ligado ao que deveríamos chamar de fim da modernização. Vivemos, segundo o falecido marxista alemão Robert Kurz (1992) (amplamente citado por Schwarz e Arantes), em sociedades pós-catastróficas. Em *O Colapso da Modernização* (1992), escrito no final da Guerra Fria, Kurz critica duramente os regimes do bloco oriental. Para ele, a perpetuação da produção de mercadorias e dos salários significava que não eram sociedades comunistas, mas sim semelhantes aos regimes capitalistas de estado que eram essenciais para iniciar a acumulação capitalista na transição do feudalismo para o capitalismo, bem como para impulsionar a industrialização tardia. – como os projetos levados a cabo por Bismarck no século XIX, ou durante a Restauração Meiji no Japão, ou mesmo pela Coreia, no século XX. Em meados do século XX, contudo, o aparelho estatal do socialismo realmente existente tinha cumprido o seu propósito de coletivizar a agricultura, criar um proletariado urbano, impulsionar a industrialização, e assim por diante. E assim ficou para trás das sociedades capitalistas ocidentais organizadas com base na competição mais produtiva, em vez de nos ditames burocráticos.

A crise que atingiu o auge no final da década de 1980 no Leste foi, portanto, apenas o segundo episódio de uma crise mais geral – uma crise que atingiu primeiro o Sul, o velho Terceiro Mundo. As crises da dívida marcaram o fim do processo de modernização, através do qual os países pobres poderiam ter esperado alcançar os desenvolvidos. No final da década de 1960, a experiência do Brasil com o fordismo já estava em declínio, e com ela a possibilidade de integração das massas através do trabalho. A desindustrialização “prematura” marcou o Brasil nas décadas seguintes, com a participação da indústria no PIB a cair para metade desde o seu pico em 1985, e a participação do emprego a cair de mais de 15% para cerca de 10% hoje. O Brasil é, hoje principalmente, uma economia de serviços, com pouca esperança de ascensão dos pobres das periferias urbanas através dos meios anteriormente disponíveis às classes trabalhadoras da Europa Ocidental e da América do Norte: emprego estável e, com ele, a vantagem que este poderia oferecer contra os empregadores.

Este não é, contudo, um processo automático; requer ação política. As regulamentações trabalhistas corporativistas do Brasil sobreviveram ao neoliberalismo, até que o PT foi expulso por um golpe institucional em 2016. O governo interino resultante, cujos índices de aprovação atingiram o fundo do poço de 1%, rapidamente as desfez, permitindo a terceirização infinita, até mesmo do núcleo de uma empresa, ampliando assim significativamente a precarização do trabalho já

em curso. Não precisamos ir muito longe para ver movimentos semelhantes em andamento em outros lugares. A recente aprovação da Proposta 22 da Califórnia (a iniciativa eleitoral mais cara da história) permite que empresas como a Uber, que nunca será lucrativa, continuem a classificar os seus funcionários como prestadores de serviços privados, eximindo-os de fornecer quaisquer benefícios laborais. A empresa, como muitas outras do gênero, é um *bezzle* – o nome de John Kenneth Galbraith para o furto legalizado. Mais uma vez, o ilícito e o lícito são duas faces da mesma moeda; é nesses espaços cinzentos que o tráfico floresce.

O ataque aos direitos trabalhistas anda de mãos dadas com uma crise de valorização. À medida que o capitalismo contemporâneo luta para lucrar com a atividade produtiva, volta-se para a financeirização. Cada vez menos trabalhadores no ocidente estão envolvidos em atividades econômicas que produzam novo valor. Esta crise da sociedade do trabalho, ou modernização através do trabalho formal, começou no Terceiro Mundo, depois atingiu o Segundo Mundo e está agora conosco no Primeiro Mundo. E, com isso, o sonho da riqueza em massa, da autonomia nacional e de uma sociedade integrada murcha.

Se o Brasil colonial, uma sociedade baseada na extração econômica nua e crua, estava na vanguarda do capitalismo, o Brasil contemporâneo está agora na vanguarda da crise da modernidade. A brasilianização não é o ato de ficar atrasado, nem é a importação de algo estrangeiro. Em vez disso, o Brasil apenas expressou anteriormente as formas e tendências de desenvolvimento social que são imanentes ao mundo social dos países ricos.

O futuro verdadeiramente devastador que o Brasil nos reserva é o colapso da autoridade estatal. Embora as gangues de tráfico de drogas que controlam o território nas favelas e periferias sejam bem conhecidas, o crescimento das milícias, grupos paramilitares formados por policiais fora de serviço, que comandam esquemas de extorsão e esquadrões da morte, é menos conhecido. A ascensão de agentes não-estatais tem sido uma preocupação desde a era da elevada globalização e da Guerra ao Terror. Mas a diminuição da soberania não é apenas um problema “lá” nos Estados falidos do Sul Global. Menos violentas e mais legalizadas, as negociações entre os governos municipais dos EUA e as grandes empresas tecnológicas, como se estas últimas fossem entidades soberanas, contam uma história semelhante.

A brasilianização do mundo

A modernização em todos os lugares significou a destruição de antigos vestígios feudais no campo, a urbanização e a incorporação das massas através do

trabalho formalizado numa sociedade em industrialização. Este processo generalizaria a riqueza e a cidadania – ou pelo menos formaria um proletariado urbano que lutaria por esses direitos, ganhando concessões e, assim, disciplinando as elites – iria erradicar os países patrimoniais e clientelistas.

A ruína da modernização através do seu processo principal – a desintegração do emprego formal e a ascensão da precarização – é a raiz de todo o fenómeno da “brasilianização”: crescente desigualdade, oligarquia, a privatização da riqueza e do espaço social, e um declínio classe média. A sua dimensão espacial e urbana é a sua manifestação mais visível, com o desenvolvimento de centros urbanos gentrificados e os excluídos empurrados para a periferia.

Em termos políticos, a brasilianização significa patrimonialismo, clientelismo e corrupção. Em vez de vermos isto como aberrações, deveríamos entendê-los como o estado normal da política quando o progresso económico amplamente partilhado não está disponível e a esquerda socialista não pode agir como uma força compensatória. Foram o proletariado industrial e a política socialista que mantiveram o liberalismo honesto e impediram que as elites instrumentalizassem o Estado para os seus próprios interesses.

A “revolta das elites” – a sua fuga da sociedade, fisicamente, para espaços privados fortemente vigiados, economicamente para o domínio das finanças globais, politicamente para arranjos antidemocráticos que externalizam a responsabilidade e inibem a responsabilização – criou estados neoliberais vazios. Estas são políticas fechadas às pressões populares, mas abertas àqueles que dispõem de recursos e redes para influenciar diretamente a política. A consequência prática não é apenas a corrupção, mas também os Estados que não têm capacidade para empreender quaisquer políticas de desenvolvimento de longo alcance – mesmo as básicas que possam promover o crescimento económico, como a redução das desigualdades regionais. O fracasso do Estado na pandemia é apenas o exemplo recente mais flagrante.

A ignóbil história de indecisão e indeterminação do Brasil, aliada a uma sociedade dualizada em que a agitação é essencial para a sobrevivência, deu origem ao cinismo brasileiro. Cada vez mais, o Ocidente está a imitar este mesmo padrão. Não só parece não haver forma de ultrapassar a estagnação capitalista, como a política é caracterizada por um vazio entre as pessoas e a política, os cidadãos e o Estado. A relação da classe dominante com as massas é de condescendência. As elites chamam qualquer um que se revolta contra a ordem contemporânea de racista, sexista ou algum outro termo deslegitimador. Também avançam teorias de conspiração bizarras sobre a razão pela qual os eleitores não votaram no seu candidato preferido – mais visivelmente com o “Russian Gate”,

nos Estados Unidos e noutros países. Este fenômeno, apelidado de Síndrome do Colapso da Ordem Neoliberal, apenas gera mais cinismo nos relacionamentos e públicos ocidentais. A política tornar-se-ia mais regularizada, ordenada segundo linhas ideológicas, com efeitos salutareos sobre o Estado e a sua burocracia – pelo menos nos países mais avançados, que estão cada vez mais envolvidos com suas próprias teorias da conspiração. Esta é outra especialidade brasileira: num país com níveis muito baixos de confiança institucional e exemplos abundantes de conspirações reais, as teorias da conspiração florescem.

As revoltas contra o sistema estabelecido, quando não são impulsionadas por uma perturbação ao estilo QAnon, empunham a arma da antipolítica, pela qual não só a política formal, mas também a representação e a própria autoridade política são rejeitadas. A antipolítica tende a resultar numa deslegitimação da própria democracia, conduzindo a um regime autoritário, ou leva os tecnocratas a aprender com os populistas, regressando à cena prometendo o fim da corrupção e uma mudança real. O resultado é o mesmo tipo de política distante e fora de alcance que, em primeiro lugar, desencadeou revoltas antipolíticas. A história do Brasil de 2013 a 2019 é essa dinâmica apresentada de forma pura e cristalizada. Mas o mesmo padrão é visível no Movimento Cinco Estrelas da Itália, nos protestos anticorrupção que levaram à ascensão de Viktor Orbán na Hungria, em Trump e na tentativa tecnopopulista de Boris Johnson de neutralizar o Brexit.

Sociedade do vazio

Qual seria a resposta à brasilianização? Talvez estejamos a assistir a um movimento em direção a um Estado mais protetor, mais zeloso na defesa da soberania e ansioso por oferecer aos cidadãos uma relação mais paternal. É evidente que a pandemia parece estar empurrando as coisas nesta direção, com o apoio estatal e as transferências diretas de dinheiro para os cidadãos, que marcam os primeiros meses de mandato do Presidente Biden. Mas o Estado também está se transformando de outras formas. As condições difíceis de rentabilidade parecem estar levando a uma interligação cada vez maior entre o poder político e econômico, promovendo um processo que tem sido chamado de “acumulação por desapropriação”. Até Robert Brenner (1993), decano do estudo da transição do feudalismo para o capitalismo, sugeriu que podemos estar a passar por uma transição do capitalismo para algo completamente diferente.

O ponto alto da globalização, tanto nas relações econômicas como na ideologia, já passou. Mas a dualização da sociedade e a “flexibilização” do trabalho

continuam em ritmo acelerado. Sem dúvida, as “elites revoltadas” podem concluir que as coisas só vão piorar a partir daqui e procurar proteger-se ainda mais das consequências sociais. Não só isso, mas a crescente dualização das sociedades em todo o Ocidente cria uma sociedade do vazio: o vazio entre os vencedores da nova economia e o resto, e o vazio entre o Estado e os cidadãos. Os receios do populismo, as queixas sobre a incompetência burocrática, a falta de liderança e a volatilidade e incoerência política geral – coisas que preocupam as elites econômicas – são sintomas deste vazio. Eles fariam bem em se lembrar disso.

É aqui que entra em cena o debate sobre o neofeudalismo, com suas quatro características interligadas, que se assemelham à brasilianização: soberania parcelada, novos senhores e camponeses, interiorização e catastrofismo. Mas o argumento aqui apresentado é que o que estamos a ver não é precisamente um regresso do antigo. É a expressão de tendências imanentes à modernidade capitalista. Ver a globalização das condições sociais degradadas e a dependência capitalista do Estado – características que há muito são uma realidade na periferia global – como um regresso ao “feudalismo” não é apenas equivocado, mas também eurocêntrico. No entanto, se estivermos, de fato, a viver o fim da sociedade do trabalho e a modernização que a acompanha, com as consequências inevitáveis para a integração social e política, então o capitalismo dependerá mais do que nunca do Estado – não apenas para a regulação e a prestação de serviços, infraestrutura física e jurídica, mas também para participar diretamente na extração de valor ou na garantia de lucros, seja através da transferência de riqueza para cima ou da criação de escassez artificial.

Este é um arranjo estável? A turbulência incessante no Brasil desde 2013 começou com os brasileiros ficando cansados da mera “inclusão através do consumo”. É claro que a nossa tendência contemporânea não pode continuar indefinidamente. As transferências monetárias podem ganhar tempo para as elites, tal como aconteceu com o consumo privado alimentado pela dívida nas últimas décadas, enquanto os salários estagnavam. Mas o mundo pós-pandemia não irá acalmar-se; as falhas estatais brasileiras nos países mais ricos e poderosos do mundo estão expostas para que todos possam ver. No “Fim do Fim da História”, protestos, revoltas e agitações tornaram-se um fenômeno global, talvez pressagiando uma insurreição mais geral. A denúncia das elites não será suficiente; será necessário assumir o controle coletivo de nosso destino, assumir a responsabilidade por nosso futuro, para que outra onda de agitação popular não acabe em pizza.

Este artigo foi publicado originalmente em *American Affairs*, Volume V, Número 2 (verão de 2021): 93–115.

Referências:

- ARANTES, Paulo. *A fratura brasileira do mundo*. In Zero à Esquerda. São Paulo: Conrad, 2004.
- BACHA, Edmar Lisboa. O economista e o rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas. *Opinião*, Rio de Janeiro, 1974.
- BECK, Ulrich. *The Brave New World of Work*. Cambridge: Polity, 2010.
- BELINELLI, Leonardo. *O marxismo e as interpretações do Brasil: o caso do Seminário d'O Capital*. 2015. III Semana de Ciência Política UFSCar - Democracia, Conflito e Desenvolvimento na América Latina, 2015.
- BRENNER, Robert. *Merchants and revolution: commercial change, political conflict, and London's overseas traders, 1550-1653*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CAUX, Luiz Philippe de; CATALANI, Felipe. A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 74, p. 119-146, dez. 2019.
- COUPLAND, Douglas. *Generation X: Tales for an Accelerated Culture*. New York: St. Martin's, 1991.
- FISHER, Mark. *Capitalist realism: is there no alternative?* Winchester, U.K.: Zero Books, 2009
- FISHER, Mark. *Ghosts of my life: writings on depression, hauntology and lost futures*. Winchester, U.K.: Zero Books, 2014.
- GRAY, John. *False dawn: the delusions of global capitalism*. London: Granta Books, 1998.
- JOHNSTON, Adrian. *Žižek's Ontology: A Transcendental Materialist Theory of Subjectivity*. Evanston: Northwestern University Press, 2008.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Tradução de José Marcos Macedo. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.
- LASCH, Christopher. *The revolt of the elites: and the betrayal of democracy*. New York: W. W. Norton & Company, 1995.
- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

- OLIVEIRA, Francisco de. The duckbilled platypus. *New Left Review*, London, n. 24, nov./dez. 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O adeus do futuro ao país do futuro: uma biografia breve do Brasil*. In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). *Brasil, uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 37, p. 21-35, 1977.
- SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “dialética da malandragem”. In: –. *Que horas são?* São Paulo: *Companhia das Letras*, 1987.
- SCHWARZ, Roberto. *Misplaced Ideas: Essays on Brazilian Culture*. London: Verso, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- STREECK, Wolfgang. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. London: Verso, 2014.
- WACQUANT, Loïc. America as social dystopia; Inside the zone. In: BOURDIEU, Pierre et al. *The weight of the world: social suffering in contemporary society*. Stanford: Stanford University Press, 1999.

Data de recebimento: 09 de junho de 2025

Data de aceite: 29 de julho de 2025

Como citar este artigo:

HOCHULI, Alex; SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. A brasilianização do mundo. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.16, p. 1-25, e151431, 2026, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v16.1431>